



Letramento e Alfabetização:

a formação de alunos leitores e escritores

Dyene de Souza Marques

Letramento e alfabetização: a formação de alunos leitores e escritores

Dyene de Souza Marques

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autora

Dyene de Souza Marques

Capa

AYA Editora

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Linguística, Letras e Artes

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier
Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, FNDE

© 2022 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de sua autora e não representam necessariamente a opinião desta editora.

M357 Marques, Dyene de Souza

Letramento e alfabetização: a formação de alunos leitores e escritores [recurso eletrônico]. / Dyene de Souza Marques. -- Ponta Grossa: Aya, 2022. 60 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-144-2

DOI: 10.47573/aya.5379.1.83

1. Letramento. 2. Aprendizagem. 3. Alfabetização. 4. Leitura. 5. Incentivo à leitura. I. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
PROPOSIÇÃO DE AUTORES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	14
Conceito de Alfabetização	14
Conceito de Letramento.....	15
Alfabetização na perspectiva do letramento	18
Quem é o sujeito social letrado.....	23
Por que é importante o processo de letramento.. ..	25
Letramento, ferramenta para discernir notícias	26
ASPECTOS ABORDADOS PELA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (DECRETO 9.765/2019)	28
Política e políticas públicas	28
Níveis e modalidade de ensino (LDB 9394/96)	30
PNA (Decreto 9.765/2019)	33
A construção social do sujeito letrado no mundo contemporâneo	36
A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICAS CONTEXTUALIZADAS PARA A GARANTIA DO PROCESSO DE ALFABETIZAR LETRANDO	41
Práticas que dialogam com a realidade de vida do aluno	41

Práticas contextualizadas	44
Sugestões de práticas contextualizas.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
AGRADECIMENTOS.....	54
SOBRE A AUTORA.....	56
ÍNDICE REMISSIVO.....	57

Apresentação

Este estudo tem como objetivo principal analisar as proposições de autores para alfabetizar letrando. Para tanto, a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa de caráter descritivo. Foi realizada a identificação de aspectos abordados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da relevância das atividades de Alfabetização e Letramento contextuais. Além disso, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando autores como: Franchi (2012); Lener (2002); Castanheira, Maciel e Martins (2009); Soares (2004). Concluindo que o processo de alfabetizar na perspectiva do letramento é determinante na formação de alunos leitores e escritores.

Dyene de Souza Marques

INTRODUÇÃO

A proposta da presente pesquisa é ratificar o quanto é necessário que o corpo docente e toda a comunidade escolar estejam dispostos a refletir quanto aos processos de alfabetização e letramento. De maneira que saibam a melhor maneira de os mediar, formando assim, alunos leitores e escritores, capazes de interpretar e concluir informações de maneira autônoma, evitando que sejam meros codificadores e decodificadores que pouco ou nada conseguem abstrair do sistema da língua.

A compreensão de tais processos e as práticas por eles mediadas permite refletir a respeito do desenvolvimento do discente e seu estabelecimento enquanto sujeito social e autônomo, que é o objetivo da educação, e isto deve estar claro para ambas as partes.

É preciso pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que embora diferentes entre si, quem forma se forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é a ação pela qual um sujeito criador da forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os contornam, não se reduzem a condição de objeto do outro (FREIRE, 2019, p. 25).

Pensar estes aspectos dentro da sala de aula independe se o trabalho está sendo realizado com a Educação Infantil, ou Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quando o assunto é turma em processo de Alfabetização é preponderante que o docente pense o seu fazer pedagógico na perspectiva do Letramento, para que seus alunos se tornem leitores e escritores de fato, que saibam usar bem o código em sociedade e em suas múltiplas realidades, e não fiquem restritos ao mero decodificar e codificar um sistema linguístico de maneira repetitiva, dificultosa e cansativa.

Neste espaço específico farei uso da linguagem pessoal, para expor os

motivos que me levaram a discorrer sobre o tema.

Durante os muitos anos em que estudei em escolas públicas as questões de alunos com dificuldades na leitura e escrita sempre me intrigaram muito. De maneira não acadêmica e até inocente acabei identificando que estes, em geral, eram os com maior disparidade idade-série e apresentavam enormes dificuldades não apenas escolares, como também de compreensão de situações cotidianas, as quais lhes deveriam ser simples e leves.

Falar a respeito destas questões é primordial para confrontar o fazer pedagógico que vem sendo perpetuado há anos na educação básica brasileira. Se o corpo docente não for além de criticado, formado continuamente e sensibilizado a práxis, um novo processo de formação cultural onde alunos dominam a língua de maneira efetiva, jamais dará largada nas escolas, especialmente as públicas.

Formar alunos para o uso funcional da língua deve ser prioridade para todos os envolvidos no processo, e para isso faz-se necessário a que todos tenham acesso a informações a respeito de como o ensino tem acontecido dentro das salas de aulas, quais seus desafios e suas vantagens. Sem conhecimento, as práticas tornam-se vazias e não efetivas, quem não conhece o problema não pode indicar o remédio.

O material produzido nas Instituições de Ensino Superior (IES), servem também de base às aplicações de formação continuada de professores que já estão atuantes na docência, logo, sua relevância não é aplicável apenas aos novos profissionais, mas a todos que desejarem o aperfeiçoamento.

Especialmente quando se fala de alfabetização e letramento que é ainda hoje um problema latente no Brasil, é importante que as pesquisas bibliográficas sejam feitas e amplamente divulgadas para que subsidiem práticas pedagógicas e as potencializem.

É importante que o pedagogo seja organizado e intencional ao planejar suas aulas, assim é possível evitar o problema das atividades descontextualizadas e monótonas, nas quais o aluno não consegue encontrar-se entre elas, e conseqüentemente perde o interesse. São atividades como estas que contribuem para a perpetuação da cultura de analfabetos funcionais. É preciso fazer do aluno o protagonista do seu próprio saber, como disse Lerner:

Realmente, ao orientar suas ações para uma finalidade compartilhada, os alunos se comprometem na elaboração de um produto -uma fita, uma carta de leitor, etc.- que seja satisfatório e convincente para os destinatários e para eles mesmos. Conseqüentemente, estão dispostos a revisar suas produções para melhorá-las e fazer delas um meio eficaz para cumprir com os objetivos propostos. É assim que assumem o compromisso que torna possível que progredam na aquisição das estratégias necessárias para revisar e aperfeiçoar seus próprios trabalhos (LERNER, 2002, p. 22).

A escola também deve preocupar-se em manter os professores com sonhos vivos dentro de si. A criatividade e a empolgação podem ser ferramentas poderosas na construção de um discente que lê e escreve bem, sempre estabelecendo vínculos com a família nessa missão.

O educador é um guia criativo e entusiasmado que motiva a entrega prazerosa dos educandos durante toda a atividade (...). É fundamental que o educador estabeleça um contrato de responsabilidade fraterna em que o educando deve estar consciente do quanto é importante realizar as atividades com seus familiares (WENDELL, 2019, p. 109).

Outro fato preocupante é o ambiente escolar, que está imbuído em problemáticas severas, mas não podemos esquecer que este é grandemente influenciado pelas problemáticas que assolam a família. A escola é sempre o reflexo da sociedade na qual está inserida e terá de enfrentar no interno os problemas adquiridos no externo.

Certamente tem sido notório para a classe de professores que a família tem sido cada dia menos participativa na vida escolar dos alunos, mas é necessária uma leitura da realidade familiar de cada um, pois muitos são os

caminhos que terminam na ausência da assistência familiar aos discentes, e um julgamento precipitado pode dar as escolas margem, para que sejam agressivas e inflexíveis, contribuindo assim para o fracasso escolar.

Tendo em mãos as reflexões quanto as problemáticas sociais como: analfabetismo das famílias, situação socioeconômica do discente, e a ausência de formação continuada de boa parte dos professores, itens que tornam ambientes familiares e escolares dificultosos.

Assim, o problema da pesquisa: Qual a relevância da Alfabetização e Letramento, para a formação de alunos leitores e escritores?

As questões que norteiam esta pesquisa são: Como os autores propõem a alfabetização na perspectiva do letramento? Quais os aspectos apresentados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA)? Qual a relevância da contextualização de atividades de alfabetização e letramento, segundo os autores?

Tendo o objetivo geral de analisar diálogos teóricos propostos por autores a respeito da alfabetização e letramento. E como específicos: Compreender a proposição de autores sobre a Alfabetização na perspectiva do Letramento; identificar os aspectos abordados pela Política Nacional de Alfabetização (PNA); identificar a relevância das atividades de Alfabetização e Letramento contextuais.

O caminho metodológico considerado para o desenvolvimento desta investigação de revisão bibliográfica que consiste em identificar, compreender e apresentar alguns dos aspectos que autores propõem quanto ao tema, envolve características específicas de coletas de dados de maneira detalhada e explicativa, sempre buscando velhas e novas respostas e levantando outras indagações durante o processo investigativo.

Assim, foi incluído e mencionado na construção dos argumentos que

fundamentaram a pesquisa, autores clássicos da temática “capturados” da internet, de bibliotecas, etc. Como: Franchi (2012); Lener (2002); Castanheira, Maciel e Martins (2009); Soares (2004), que abordam e discutem os aspectos científicos relacionados ao objeto de estudo, possibilitando a instrumentalização, com intuito para uma melhor compreensão da realidade desvelada, no momento em que os dados da pesquisa foram evidenciados.

A análise dos dados consistiu no agrupamento de ideias em indicadores teóricos selecionados, em torno dos aspectos conceituais e metodológicos sobre o objeto de estudo que foram organizadas na fase exploratória do estudo e redefinidas, a partir da fundamentação teórica e dos objetivos da pesquisa.

O trabalho será dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo será tratado quanto as propostas dos autores para que a alfabetização aconteça na perspectiva do letramento. Posteriormente, o segundo abordará quais os aspectos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) vigente. E, por fim, o terceiro capítulo se discute as práticas contextuais para a alfabetização e o letramento. Todos os capítulos desenvolvem um movimento de análise contemplando os objetivos propostos na pesquisa.

PROPOSIÇÃO DE AUTORES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Tendo como base o discurso dos autores desta área e suas proposições que buscam viabilizar as práticas formativas do alfabetizar letrando, nesta sessão serão abordados os conceitos de Alfabetização e Letramento, a importância destes, as diferenças entre eles e outros aspectos.

Conceito de alfabetização

Alfabetização é a nomenclatura dada ao processo em que o indivíduo adquire o domínio do sistema da língua, que o possibilita comunicar-se com o meio onde está inserido, através da leitura e escrita em seus veículos comunicativos como: Cartas, livros, diários, anúncios, aplicativos de mensagens, entre outros.

A palavra alfabetização é muitas vezes usada de modo impreciso, resultando confusão pedagógica e didática, dificuldade de diálogo entre as pessoas envolvidas na educação, além de desconhecimento dos pais, que muitas vezes acreditam que seus filhos foram alfabetizados, quando na verdade mal sabem ler palavras (BRASIL, 2019. p.18).

Precisa ficar claro que alfabetizar é fornecer ao discente o conhecimento técnico, para que o indivíduo consiga codificar e decodificar os textos que lhe cercam na sociedade na qual está inserido. Sendo entendida então como um instrumento de comunicação, por meio do qual pode-se abstrair ou mesmo produzir conhecimento, como foi dito na Conferência Mundial de Educação Para Todos (1990).

Pontuado isso, pode-se entender a relevância do processo de alfabetização para o indivíduo, também para a sociedade, tendo em vista que por meio da leitura e escrita são feitas as trocas de conhecimentos e em meio a estas trocas se perpetuam aspectos culturais bem como se criam novas culturas,

trazendo inovação social.

O sistema alfabético foi criado pela humanidade há cerca de seis mil anos com o objetivo de transmitir informações e as receber. São registros escritos que permitem as pessoas de hoje entenderem como funcionavam as sociedades antigas, mas a tecnologia do código pode apresentar algumas lacunas para aqueles que dela se utilizam (MORAIS, 2014).

Alguns questionamentos quanto a Alfabetização podem ser levantados após a definição de seu conceito, pois, seria suficiente dominar apenas os meios técnicos da língua? Não é necessária outra conexão além do domínio alfabético?

Apenas ler as informações de um texto torna-se insustentável, pois é necessário que além de decodificar, o indivíduo compreenda a grandeza de significados que envolve aqueles escritos, bem como, aquele que escreve deve ser intencional ao escrever, para que assim a comunicação seja efetiva. De ponderações como estas é que nasceram as investigações a respeito do alfabetizar letrando.

Conceito de letramento

Letramento é considerado um termo novo, quando falamos da educação brasileira, como apontou Soares (2009), esta palavra teria surgido da necessidade de explicar a condição em que se encontravam pessoas já alfabetizadas, mas que apresentavam dificuldades, no cenário brasileiro onde muitos ainda eram analfabetos totais, condições estas constatadas na pesquisa de Ferreiro e Teberosky na década de 80.

O Letramento envolve os aspectos mais sociais do processo de leitura e escrita, está intimamente ligado ao fato de o sujeito ter ou não a compreensão das palavras as quais está constantemente codificando e decodificando. E, a

habilidade de as aplicar em suas práticas diárias de modo que alcance objetivos pessoais e entenda as intenções de quem lhes escreve.

Se ao falar de Alfabetização podemos defini-la como algo mecânico, no domínio da leitura e da escrita por meio do conhecimento do alfabeto de determinada língua, o letramento por sua vez pode ser definido como a competência que o indivíduo tem para utilizar o sistema de determinada língua nos mais variados contextos sociais.

Nesse sentido, é importante que o professor, consciente de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, conceba a alfabetização e o letramento como fenômenos complexos e perceba que são múltiplas as possibilidades de uso da leitura e da escrita em sociedade. (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p.15).

Ora, existem muitos gêneros textuais diferentes, níveis de linguagem, e em um único estado existem inúmeros acervos de gírias, dialetos. Tudo isto, envolvido em uma cultura histórica riquíssima que não deixou de ser construída, mas está fortemente vinculada a transição de cultura que acontece ativamente todo segundo.

O domínio do sistema da língua não é suficiente para compreendê-la de modo satisfatório, sendo então necessário que professores alfabetizadores busquem práticas também de letramento para trabalhar a formação de seus discentes nesta perspectiva.

Para formar alunos leitores e escritores é preciso considerar o letramento em seu processo de formação, pois o decodificar não é suficiente para compreender a profundidade das informações contidas em um texto, e a ausência do letramento é prejudicial aos alunos.

Saber que entre estes dois processos (Alfabetização e Letramento) não há o mais urgente, tornará a prática do professor mais efetiva no âmbito escolar. Pois, para que se alcance o objetivo de formar alunos leitores e escritores, e

consequentemente configurar a sociedade brasileira como uma sociedade que lê e escreve de modo satisfatório é preciso que os indivíduos encontrem nas escolas ambientes favoráveis as práticas tanto de alfabetização quanto de letramento.

“Não basta afirmar ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com o trabalho” (FREIRE, 2006, p.56). O professor não pode contentar-se com o fato de seus alunos saberem o que diz a frase, mas deve buscar que estes entendam o que ela diz e qual posição de fala eles exercem no contexto social que vivem e como podem transformá-lo.

Assim, podemos perceber que o letramento alimenta e ao mesmo tempo fomenta o pensamento crítico de quem o possui, por esse motivo as práticas de alfabetização na perspectiva do letramento muitas vezes sofreu e sofre intervenções diretas ou indiretas. Pois, sujeitos letrados possuem pensamento crítico e o pensamento crítico representa perigo para governos mal-intencionados.

Escolas que simplesmente alfabetizam, negligenciando o letramento e suas implicações, formam alunos com problemas de interpretações textuais e sociais com dificuldades de expressar ideias, seja de maneira oral ou escrita. E, consequentemente estes discentes serão mais facilmente enganados pela grande mídia, manipulados pelo comércio e oprimidos por governos dominadores.

Assim, pode-se dizer que até os anos 80 a alfabetização escolar no Brasil caracterizou-se por uma alternância entre métodos sintéticos e métodos analíticos, mas sempre com o mesmo pressuposto – o de que a criança, para aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos- e sempre com o mesmo objetivo- o domínio desse sistema, considerando condição e pré-requisito para que a criança desenvolvesse habilidades de uso da leitura e da escrita, isto é, primeiro, aprender a ler e escrever, verbos nesta etapa considerados intransitivos, para só depois de vencida essa etapa atribuir complementos a esses verbos: ler textos, livros, escrever histórias, cartas etc. (SOARES, 2004. p. 98).

Práticas como estas foram altamente comuns durante anos na educação brasileira, na qual nota-se mudanças iniciais especialmente nas duas últimas décadas do século XX, onde a figura do aluno passou a ser vista como central nos processos de aprendizado. E, a escola compreendeu que não deve mais busca determinar os tempos de aprendizagem de maneira inflexível, mas mediar os processos de descobertas.

O Letramento deve ser trabalhado na escola, para desconfigurar os resquícios de autoritarismo existentes na educação. De maneira que o sujeito compreenda o que está aprendendo, reflita sobre a veracidade dos fatos, manifeste seus pensamentos a este respeito e fazendo uso satisfatório da língua, por meio da leitura e escrita.

O aprendizado não deve consistir mais em simplesmente ler e escrever, mas ler e escrever de forma intencional, consciente, alcançando seus objetivos pré-determinados e transformando a conjuntura social.

Alfabetização na perspectiva do letramento

O questionamento quanto a alfabetização, no que diz respeito aos métodos e técnicas que melhor viabilizariam a decodificação das letras e sons produzidos pelos falantes, é antigo no Brasil, mas pensar sobre ela na perspectiva do letramento é algo mais recente, como foi dito:

Tomar a temática da alfabetização – aqui definida como aprendizagem inicial da leitura e da escrita – para refletir não é recente. Pelo contrário, podemos afirmar que, para nós, no Brasil, essa reflexão está presente desde a criação das primeiras escolas. Entretanto, analisar a alfabetização e refletir sobre ela na perspectiva do letramento é recente no nosso país. É nesse contexto que surgem questões como, por exemplo: Por que trabalhar a alfabetização e o letramento ao mesmo tempo, ou seja, por que alfabetizar letrando? Como alfabetizar na perspectiva do letramento? (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p.13).

Alfabetizar tem sido um desafio histórico mundial, ao falar do letramento

este desafio pode tornar-se ainda maior; por esta causa, variados autores têm dedicado suas vidas em pesquisas, ações e produções, em busca de ampliar o acervo teórico e prático de professores que alfabetizam e assim, promover uma aprendizagem eficaz aos discentes por estes mediados.

É de relevância inestimável refletir a Alfabetização com o olhar do Letramento, para que as gerações futuras tenham êxito em suas ações acadêmicas, sociais ou em qualquer outro âmbito que desejarem. Mas essa ainda é uma tarefa desafiadora pois as ponderações a este respeito ainda são recentes e há entre as escolas bastante dificuldades em articular a teoria e a prática.

Compreender que alfabetizar não é o mesmo que letrar é de suma importância, bem como, ter a consciência de que mesmo que sejam processos diferentes, sempre devem caminhar juntos e articulados nas atividades escolares, visando a boa formação do indivíduo.

Por outro lado, também é necessário reconhecer que embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; isto, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p. 97).

Ouve-se críticas constantes à figura do professor na atual conjuntura social, e este, certamente cometeu e comete inúmeros erros no exercício de sua profissão. Este fato, contribui para que os alunos não desenvolvam as habilidades de leitura e escrita de maneira satisfatória, no entanto, a acusação sem a devida reflexão não modifica a realidade.

Faz-se necessário pensar em como os professores estão sendo formados, inseridos no mercado de trabalho, se os salários são satisfatórios, se há sentimento de segurança dentro da sala de aula, se recebem a supervisão

e se recebem o auxílio pedagógico necessário para conduzir as práticas alfabetizadoras na perspectiva do letramento.

Não é possível negar que o professor já atuante há tempos encontra-se em crise de identidade e que os alunos de hoje, plenamente inseridos no contexto da globalização têm intolerância aos métodos antigos e a figura da pessoa mais velha, a escola por vezes não consegue contornar a situação. É papel da escola deixar claro que o professor não deve ser estático, mas estar em constante reconstrução, assim como é papel do professor, reconhecer tal necessidade e investir na renovação de seu fazer pedagógico, mesmo que isso implique em conviver com incertezas, pois:

A docência, como aprendizagem da relação, está ligada a um profissional especial, um profissional do sentido, numa era em que aprender é conviver com a incerteza. Daí a necessidade de refletir hoje sobre o novo papel do professor, as novas exigências da profissão docente, principalmente da formação continuada do professor, da professora (GADOTTI, 2003, p. 22).

Por outro lado, há os novos professores que estão sendo inseridos nas salas de aula neste momento, e estes são sonhadores, cheios de ideias que podem ser bem aproveitadas, no entanto, o choque de realidade e a sensação de estarem sendo engolidos por um sistema incapaz de ser mudado, poderá tirar-lhes as forças.

Muitas vezes, o professor ao longo dos anos, ao enfrentar tantas batalhas diárias termina cansando-se e perdendo o brilho nos olhos, a paixão que o impulsiona a preocupar-se com a renovação.

Um professor que não tem mais esperanças, para no tempo e passa a construir aulas maçante, arcaica e descontextualizada, e se a preocupação é formar alunos leitores e escritores, este, definitivamente não pode ser o perfil docente.

Dentre muitos pontos que os autores destacam como essenciais, está o

planejamento curricular e sua manutenção ao longo do ano letivo. No entanto, muitos profissionais alegam a falta de tempo e usam o mesmo planejamento para todas as suas turmas, por repetidos anos, sendo este um dos problemas na formação dos alunos em processo de Alfabetização, sendo um dos principais obstáculos na formação de alunos que leem e escrevem bem.

Quando analisamos esse tipo de condutas, que fazem parte do cotidiano de trabalho de muitas escolas, e avaliamos suas implicações a prática de ensino da língua escrita, compreendemos que as questões que envolvem o fracasso na alfabetização das crianças passam, entre outros aspectos, pela reflexão sobre a organização das atividades em sala de aula (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p. 35).

Para que o discente não fique preso apenas ao aprendizado mecânico da língua as aulas precisam ser planejadas para atender as especificidades da turma, pois não é vantajoso que o mesmo conteúdo seja repetido muitas e muitas vezes, tornando a aprendizagem superficial, mas lançar sobre os alunos conteúdos densos, sem que estes tenham recebido a base teórica é prejudicial do mesmo modo.

O planejamento tem como objetivo auxiliar o professor a ser intencional e seguir de acordo com o aprendizado coletivo, como foi dito:

O principal objetivo da organização do planejamento é o de possibilitar que o professor desenvolva um trabalho sistemático dos conteúdos e habilidades que envolvem o processo de alfabetização e letramento. Desenvolver um trabalho sistemático significa considerar entre outros aspectos, uma continuidade entre uma aula e outra; a previsão do ensino dos conhecimentos complexos para o aluno depois daqueles menos complexos; e a seleção de atividades adequadas aos conhecimentos que serão ensinados (CASTANHEIRA, MACIEL e MARTINS, 2009, p. 37).

Muitos docentes encontram dificuldade em ter práticas que promovam a alfabetização e o letramento simultaneamente, ou seja, não sabem articular a teoria que recebem em suas formações com a prática na sala de aula.

Articular teoria com o fazer pedagógico é outro desafio a ser enfrentado,

pois como as autoras citadas acima declaram em seu livro “Alfabetização e letramento na sala de aula”, a dificuldade em articular a teoria e a prática educacional é real, mas o corpo docente precisa buscar mecanismos para contorná-la e formar alunos na perspectiva do letramento.

Planejar aulas onde alunos tenham contato com a leitura e escrita, tendo a oportunidade de manifestar pensamentos e conhecer o pensamento dos colegas é decisivo na articulação de teorias e práticas. Pois, é por meio da vivência e familiaridade com a leitura e escrita, que alunos leitores e escritores são formados e têm suas disparidades de literária equalizadas.

Ao mesmo tempo que o termo letramento vem ganhando espaço entre acadêmicos e professores, é possível perceber que o medo ainda ronda a prática dentro de sala de aula, receio de estar sendo tradicional ou inovador demais em seu fazer pedagógico.

É preciso romper com este temor já enraizado, investindo na formação continuada da docência para que os professores não percam o foco do ensino, gerando muito mais transtornos que soluções.

Nesse processo, o medo de ser rotulado como “tradicional” tem levado o professor a mudar seu foco de atenção: Cria-se a ideia de que certos conteúdos e instrumentos devem ser abolidos do processo de alfabetização (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p. 18).

A sala de aula não precisa abandonar todos os recursos que foram usados em tempos antigos, nem mesmo acatar todas as novidades propostas. Cabe ao professor entender as necessidades da turma e encontrar a melhor forma de trabalhar o letramento formando assim, alunos leitores e escritores eficazes.

Essas incertezas que rondam professores ao pensar na alfabetização na perspectiva do letramento impedem que seu fazer docente alcance proporções maiores pois os fazem perder a direção, e precisam ser contornadas por meio

da formação continuada de professores, da troca de experiências com outros docentes, da leitura de autores que abordam as temáticas, para que aprendam novas técnicas e tenham a oportunidade de compartilhar as que já praticavam.

A compreensão de textos, por sua vez, consiste num ato diverso do da leitura. É o objetivo final, que depende primeiro da aprendizagem da decodificação e, posteriormente, da identificação automática de palavras e da fluência em leitura oral. Outros fatores também influem a compreensão, como vocabulário, o conhecimento de mundo e a capacidade de fazer inferências (BRASIL, 2019. p. 19).

Quando as práticas alfabetizadoras (sejam elas novas ou antigas) estão unidas ao letramento, formam alunos que não apenas conseguem usar o código de modo mecânico, mas sabem a funcionalidade social que a leitura e escrita exercem, tornando-os capazes de opinar, criar, aprender, tomar decisões e ter um posicionamento social firme por meio da compreensão.

Quem é o sujeito social letrado

Compreender a relevância do alfabetizar letrando perpassa por compreender qual o resultado de tais práticas e quem será o sujeito social letrado. Tendo pontuado acima aspectos teóricos quanto a alfabetização e o letramento é importante pontuar também qual postura social detém aquele que tem experiências formativas de letramento.

Por meio da linguagem podemos alcançar objetivos, mobilizar pessoas, gerar reações positivas ou negativas, mesmo que estes fatos sejam ou não intencionais. Ser humano é comunicativo e se relaciona por meio do uso de palavras, sejam elas de modo oral ou escrito.

Assim sendo, o letramento é como uma série de interrogações vivas dentro do pensamento do sujeito, que o direciona a interpretações e tomada de decisões com base em sua forma de interpretar a sociedade da qual faz parte.

Essas ciências têm-nos permitido perguntar: como lemos? Como escrevemos? Essa perspectiva põe em destaque um sujeito cognitivo, um ser que pensa e que pode pensar as próprias operações e do que delas pode ser abstraído. O aluno-sujeito cognitivo, sede de conflitos oriundos de diferentes lugares, é o sujeito leitor que, de alguma forma, necessita ser orientado; primeiro porque tem uma experiência, uma memória, um conhecimento que precisa ser respeitado; segundo porque tem valores construídos no contexto sócio-cultural, e terceiro porque pode refletir, abstrair a partir dessa memória e desses valores (LEAL, 2003, p. 265).

O sujeito que é letrado, consegue compreender os desdobramentos que as palavras podem alcançar, tendo assim maior facilidade de interpretação. Em outras palavras, maior facilidade de “ler nas entrelinhas” como popularmente se diz e assim entender o que a organização social a sua volta está a dizer, quem o diz, qual seu objetivo em dizer e assim por diante.

Quem entende com clareza o que lhe está sendo dito, minimiza riscos de ser ludibriado, enganado por outro alguém, ainda que este esteja em uma posição de autoridade.

O indivíduo que foi formado na perspectiva do letramento tem consigo esta competência de ler sua sociedade. E, é importante dizer que, esta competência não inicia apenas ao entrar na escola e não está plenamente construída ao fim da educação básica, mas é uma competência em constante construção, delineada por vivências as quais o sujeito é exposto.

Pode-se ver, o letramento exige o envolvimento de questões cognitivas, sociais, culturais e linguísticas, logo, o sujeito que está se desenvolvendo na perspectiva do Letramento, está desenvolvendo todas as áreas de sua existência.

Letramento está intimamente ligado ao conceito de liberdade, e de autonomia de pensamento, então o sujeito letrado tem um pensamento emancipatório e o estímulo para tal vem de vários lugares, de acordo com o contexto social e cultural que o indivíduo está inserido, no entanto é papel da

escola estimular seus alunos a serem estes sujeitos.

O necessário é fazer da escola uma comunidade de escritores que produzem seus próprios textos para mostrar suas idéias, para informar sobre fatos que os destinatários necessitam ou devem conhecer, para incitar seus leitores a apreender ações que consideram valiosas, para convencê-los da validade dos pontos de vistas o das propostas que tentam promover, para protestar ou reclamar, para compartilhar com os demais uma bela frase ou um bom escrito, para intrigar ou fazer rir... (LERNER, 2002. p.18).

Conclui-se então que o sujeito letrado está livre para expor suas ideias e munido para transformar a sociedade e cultura na qual está inserido, nos aspectos necessários, por meio da capacidade de ser intencional ao escrever e saber interpretar de modo coerente as informações que decodifica em seu dia a dia.

Por que é importante o processo de letramento

O processo do letramento e suas práticas em sala de aula são importantes para a transformação social em níveis políticos, culturais, religiosos, econômicos e em inúmeros outros aspectos, justamente pelos motivos apontados acima, as questões da liberdade do pensamento, expressão e competência para compreender o código.

Na atual conjuntura social os veículos de comunicação mostram uma série de abusos cometidos em sociedade, e os que aparentemente causam maior comoção são os advindos de pessoas ou instituições que exercem poder e teoricamente deveriam também cuidar de seus agregados.

Por esse motivo é que o letramento deve ser considerado importante, pois é preciso que os indivíduos sejam capacitados para interpretar de maneira autônoma e coerente o que lhes é afirmado ou proposto, e assim consiga julgar qual o melhor caminho a percorrer, ou seja, por meio de sua autonomia reconstruir sua identidade sem precisar ser oprimido pelo poder dominante.

Ser capaz de interpretar um texto que deseja promover engano, lutar pela afirmação de seus direitos, compreender seus deveres, ser escritor de sua própria história, é um privilégio de alguém que foi ensinado a pensar criticamente e ir além do discurso que lhe é feito.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, na sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 2019, p.72).

O viés emancipatório do letramento é que detém sua beleza significativa no processo de existência social. Afinal, conforme afirma Freire (2019), quando alguém se levanta contra o opressor por mero ativismo, não deixa de ser massa de manobra, mas o sujeito letrado tem consigo o poder da práxis, que em linhas gerais quer dizer ações com base no pensamento e na dialógica.

No contexto das redes sociais e da facilidade de transmitir uma informação, deve-se considerar que o letramento é um diferencial na vida do cidadão, para que este consiga abstrair o teor das informações que está constantemente sendo exposto.

Letramento, ferramenta para discernir notícias

As *fake News* (ou notícias falsas) estão ganhando espaço, e fica cada vez mais complicado discernir qual é a notícia em que se pode depositar confiança. No entanto, o sujeito letrado sabe da necessidade de investigar as fontes, e questionar fatos para só então decidir se deve ou não dar credibilidade a informação.

A compreensão de textos é o propósito da leitura. Trata-se de um processo intencional e ativo, desenvolvido mediante o emprego de estratégias de compreensão. Além do domínio dessas estratégias, também é importante que o aluno, à medida que avança na vida escolar, apren-

da o vocabulário específico necessário para compreender textos cada vez mais complexos (BRASIL, 2019. p. 34).

É o senso de criticidade do sujeito letrado que pode fazer diferença na conjuntura social e impulsionar mudanças, mas não se trata apenas da crítica pela crítica, ou de uma desconfiança infundável e, sim, de uma habilidade de reflexão que esteve e está em construção durante toda a vida cujo seu ápice de lapidação deve ser instigado pela escola.

O professor necessita compreender que a docência da atualidade precisa lidar com a comunicação facilitada e, que, esta nem sempre trará as informações mais seguras, podendo até confrontar o saber científico com ideias infundamentadas.

Diante disso, dialogar com as mídias sociais, e com as informações circulantes na sociedade aprendente, como chamou Gadotti (2003), é deixar de ser o único que detém o poder de fala e tornar-se aquele que promove o diálogo aberto, instigando o pensamento crítico e gerando um ambiente propício para a formação de alfabetizados que serão leitores e escritores efetivos.

Diante dos novos espaços de formação (diversas mídias, ONGs, internet, espaços públicos e privados, associações, empresas, sindicatos, partidos, parlamentos...), o novo professor integra esses espaços e deixa de ser lecionador para ser um “gestor” do conhecimento social (popular), o profissional que seleciona a informação e dá/ constrói sentido para o conhecimento, um mediador do conhecimento (GADOTTI, 2003, p.53).

Assim, formar alunos que além de codificar e decodificar, conseguem entender as nuances da língua, suas variações e serem intencionais nos atos de leitura e escrita, representa formar alunos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, aspecto este fundamental para a transformação cultural vigente.

ASPECTOS ABORDADOS PELA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (DECRETO 9.765/2019)

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), surgiu com o intuito de elevar a qualidade da alfabetização no Brasil, tendo como base levantamentos de pesquisadores tanto brasileiros quanto do exterior, especialistas de diversas áreas com o foco nos processos de referentes a alfabetização.

Política e políticas públicas

A humanidade quer queira ou não, está envolvida com as questões políticas diariamente. Tendo em vista que a palavra política está fortemente ligada a administração e organização de uma nação.

Política é a palavra de origem grega, politikó, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 93).

Os sistemas de governo ao redor do mundo na atualidade não estão mais unicamente focados na proteção de suas terras e formação de exércitos, como foram caracterizados por muito tempo, especialmente entre os séculos XVIII e XIX. Ademais, há a necessidade de se preocupar com a satisfação da população, necessidade esta reforçada pelo sistema democrático que ganhou espaço entre os países.

Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do estado é promover o bem-estar da sociedade (MINAS GERAIS, 2008, p. 5).

Levando em consideração a necessidade de governar de forma que promova bem-estar social, as políticas públicas desempenham um importante papel nesse modo de governar, sendo instrumentos para alcançar diversas

áreas da sociedade.

Em uma sociedade é comum que existam conflitos de interesse, opiniões divergentes, movimentos, confrontos e variados tipos de manifestações. É importante dizer que estes embates não são ruins, quando bem organizados, tendo em vista que por meio deles o poder público é instigado a promover pesquisas e averiguações, para então, implementar novas políticas públicas que contemplem as necessidades reais.

Por esse motivo, os governos ao redor do mundo, buscam criar aparatos, órgãos, secretarias etc. para tornar as condições favoráveis a governabilidade, e estas medidas que são ou deixam de ser implantadas podem ser compreendidas como políticas públicas.

O que distingue política pública da política, de um modo geral, é que esta também é praticada pela sociedade civil, e não apenas pelo governo. Isso quer dizer que política pública é condição exclusiva do governo, no que se refere a toda a sua extensão (formulação, implementação e monitoramento) (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 98).

Obviamente, existem vários tipos de políticas públicas, voltadas para vários âmbitos sociais, como: saúde, economia, reforma agrária, saneamento e muitos outros. E, a partir destes âmbitos é importante fazer reflexões sobre o que vem a ser políticas públicas educacionais.

Se já foi dito que política pública é tudo o que o governo faz ou deixa de fazer, pode-se dizer que políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer quanto a educação, como a regulamentação, orienta e define seu foco.

Na atualidade, considerando a globalização e o capitalismo como fatores dominantes na economia mundial, a educação formal não toma o curso que professores ou comunidade escolar bem entendem. Para a sua funcionalidade existem parâmetros, direções, verbas, objetivos traçados e muitas outras questões,

e este conjunto pode ser entendido como políticas públicas educacionais.

Entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Essa educação orientada (escola) moderna, massificada, remonta à metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou a era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 98).

Fala-se aqui de educação escolar ou formal, para a qual são estabelecidas metas. Sabe-se que o conceito de educação é bem mais abrangente que isto, indo para além dos muros de uma escola e da mera formalidade.

Níveis e modalidade de ensino (LDB 9394/96)

No Brasil, a educação está dividida em dois níveis, sendo eles: Educação Básica e Ensino Superior. Estes níveis subdivididos em etapas, a Educação Básica brasileira contempla as seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e é obrigatória, e direito dos sujeitos de quatro aos dezessete anos. Conforme o art. 21 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que dispõe:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - Educação superior.

Portanto, é na educação básica que prioritariamente as questões de alfabetização e letramento devem ser trabalhadas, por ser o nível educacional onde a criança está em construção, o que tem maior durabilidade e pode influenciar de forma mais efetiva os próximos anos de vida do indivíduo.

No entanto, as condições em que vivem os discentes brasileiros não são iguais. Há uma diversidade de contextos sociais, culturais e objetivos no que tange a educação, por este motivo, a Lei de Diretrizes e Bases da educação

(LDB) além de classificar os níveis educacionais, também elenca modalidades nas quais podem ser cursadas.

Em seu artigo 36, a LDB prevê que os estabelecimentos de Ensino Médio podem ofertar em parceria com instituições especializadas na educação profissional cursos técnicos de maneira articulada ao Ensino Médio ou mesmo para alunos que já o tenham concluído.

A formação técnica, seja ela integrada ao Ensino Médio ou após sua conclusão deve ser facultativa e visar a formação profissional do discente de modo a o habilitar para o mercado de trabalho, tendo seus diplomas reconhecimento em todo território nacional e permitindo o prosseguimento aos estudos em nível superior.

Em seus artigos 37 e 38, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), faz referências a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Uma modalidade de ensino que visa dar continuidade de estudo a jovens ou adultos que foram impossibilitados de cursar o ensino fundamental ou médio, por qualquer motivo e deve ser ofertada gratuitamente pelos sistemas de ensino.

Os incisos I e II do artigo 38 da referida Lei, determinam que a idade mínima para a conclusão do Ensino Fundamental, por meio da modalidade da EJA é de quinze anos e para a conclusão do Ensino Médio a idade requerida é de pelo menos dezoito anos.

Os meios de conclusão ofertados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) não determinam idade máxima, apenas mínima, podendo ocorrer por meio de cursos (podendo estes serem integrados a educação profissional) ou exames, os quais podem aferir os conhecimentos adquiridos pelos educandos na educação informal, ou seja, fora da escola.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é de fundamental importância, para

a transformação de vida do sujeito. No que tange a alfabetização na perspectiva do letramento, pode auxiliar a construção de autoestima saudável, pensamento crítico, identidade e preparação para o mercado de trabalho competitivo.

Uma característica frequente do(a) aluno(a) é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimento de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (MEC, 2006, p.16).

Os artigos 58, 59 e 60 da LDB definem o conceito de Educação Especial, para quem ela é destinada como deve ser aplicada: preferencialmente na rede regular de ensino, podendo acontecer em classes, escolas ou serviços especializados quando as especificidades do aluno não possibilitarem sua integração com as classes comuns.

Pode ocorrer que mesmo com um bom acompanhamento o aluno não se desenvolva ao ponto de alcançar o mesmo nível que seus colegas de turma, pois a deficiência física, diferente do que se pensa, não segue um padrão. “Na deficiência física encontramos uma diversidade de tipos e graus de comprometimento que requerem um estudo sobre as necessidades específicas de cada pessoa” (SCHIRMER, *et al*, 2007, p.27).

Os referidos artigos asseguram que alunos com deficiência devem receber educação de qualidade, bem como todos os alunos matriculados nas redes de ensino, tendo uma relevância indescritível para a construção de um novo padrão social, porém agregando desafios aos profissionais da educação, que devem empenhar-se em também alfabetizar e letrar seus alunos com deficiências, que pela lei, devem ser atendidos desde a Educação Infantil.

Quando falamos em tecnologia assistiva, significa que desejamos resolver com criatividade os problemas funcionais de pessoas com deficiência e nos remetemos a encontrar alternativas para que as mesmas

tarefas do cotidiano sejam realizadas de outro modo. Para isso podemos introduzir um recurso que favoreça o desempenho desta atividade pretendida ou podemos modificar a atividade, para que possa ser concluída de outra forma (SCHIRMER, *et al*, 2007, p. 241).

Para tal, especificamente o artigo 59 determina que currículos, métodos e técnicas sejam adaptados para estes alunos, visando atender suas necessidades. Também, são previstas terminações específicas para aqueles que não conseguem atingir o nível necessário para concluir o ensino e aceleração escolar para superdotados.

O cumprimento destas determinações pode sofrer danos se o professor não tiver consciência e habilitação adequada, por esse motivo o inciso III define a necessidade de formação continuada de professores para que trabalhem nesta perspectiva.

PNA (Decreto 9.765/2019)

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) busca contemplar a questão do alfabetizar de maneira eficaz crianças com matrícula na Educação Infantil ou Ensino Fundamental, bem como os alunos inseridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando também este direito aos alunos atendidos na modalidade de Educação Especial.

Entre seus princípios e objetivos, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) propõe a definição de conceitos-chaves, inserido palavras como “literacia” e “numeracia” em seu vocabulário e fundamentação em evidências das ciências cognitivas. Enfatizando seis componentes como essenciais para a alfabetização, sendo estes: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita.

O Decreto federal aponta como um dos seus objetivos principais é a

promoção do estudo e do conhecimento científico relacionado a alfabetização, literacia e numeracia, visando causar impactos positivos em toda a trajetória educacional em suas diferentes etapas e níveis.

A implementação da PNA é prevista no Decreto e a forma como deve acontecer é por meio de ações e programas que insiram aspectos como: orientações curriculares; desenvolvimento de material didático-pedagógico cientificamente fundamentados; recuperação e remediação para alunos que não foram plenamente alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental; promoção de práticas da literacia familiar, estímulos a formação continuada de professores da educação infantil e anos iniciais; incentivo à produção e à edição de livros de literatura para diferentes livros de literacia, entre outros.

Ao abordar a Educação Infantil, a PNA reconhece a importância da bagagem cultural e linguística que o educando traz consigo para o ambiente escolar, a qual, quando bem aproveitada pelo docente pode beneficiar o processo do aprender a ler e escrever.

A PNA orientará suas ações no sentido de a alfabetização contemplar a compreensão do sistema Braille, a compreensão da estrutura gramatical da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a articulação entre práticas de linguagens (BRASIL, 2019, p. 36).

APNA usa como base três aspectos: Alfabetização, Literacia e Numeracia. Estes itens são usados como marcadores do progresso que o aluno faz ao longo de sua jornada.

Ser alfabetizado para a PNA é ter a habilidade de codificar e decodificar palavras de maneira autônoma, sem o auxílio de terceiros, como fora no princípio, o documento, porém reconhece que dominar a técnica não é o fim do percurso.

A literacia é o que permite que o aluno além de adquirir a técnica de leitura e escrita, consiga também efetivar a sua funcionalidade social, o que é fundamental para se firmar de fato como sujeito crítico e por fim consiga exercer

a sua cidadania de modo eficaz, transformando sua realidade.

É importante saber que a literacia pode acontecer desde os primeiros anos da criança e independe da Alfabetização e que o papel da família é importantíssimo nesta construção, pois quanto mais significativas forem as experiências das crianças, maior a probabilidade de um bom rendimento no processo de alfabetização (BRASIL, 2019).

O documento elenca também a relevância que o trabalho do professor alfabetizador e da Educação Infantil desempenham em relação a Numeracia, envolvendo as questões do raciocínio lógico, noções numéricas básicas, interpretação espacial, geométricas e medidas. Princípios estes que, também, contribuem para a leitura de mundo e pensamento crítico.

Para mediar o aprendizado na Educação Infantil, e anos iniciais o docente precisa munir-se de estratégias contextuais, ou seja, os alunos precisam reconhecer a realidade que os engloba nas atividades propostas, para que essas lhes sejam significativas e funcionais.

O nome próprio de alguém são palavras que acompanham o sujeito desde os meses que antecedem o seu nascimento, logo, não pode existir nada mais palpável que atividades que envolva o nome do discente e o dos colegas de classe, os quais ele convive diariamente. Atividades assim podem ser lúdicas, rompendo com o engessamento das atividades em cadernos e renderem muito mais em aprendizado para os educandos.

Eu costumava fazer uma brincadeira de “autochamada”, colocando os nomes escritos em cartolina encostados na lousa ou em um “cartaz de pregas” cada criança vinha buscar o seu nome e os que sobrassem eram dos faltosos. No princípio tudo parecia rotina – uma chamada diferente –, mas, pouco a pouco, sobretudo aproveitando-me das oportunidades em que titubeavam na escolha, foi-se tornando um processo de descoberta e reconhecimento (FRANCHI, 2012, p. 109).

As possibilidades de atividades usando os nomes das crianças podem

ser infinitas, se o professor trabalhar de maneira organizada e criativa, podendo fazer a aula de linguagem conversar com a de arte, onde o aluno, após pintar uma tela precisará assiná-la. O próprio conhecimento das famílias silábicas poderá ser iniciado a partir do nome do discente, dando-lhe a oportunidade de ser protagonista de sua aprendizagem.

Agente dos processos de alfabetização e letramento e desafiado a refletir a cada momento, sobre suas práticas, o aluno deixa de ser um mero receptáculo da aprendizagem e da cultura de sua comunidade. O dia a dia em sala de aula foi me mostrando que a linguagem, trabalhada no âmbito da alfabetização e letramento, antes de ser usada somente para a comunicação, é importante para a elaboração do conhecimento (FRANCHI, 2012, p. 9).

A escola precisa romper com práticas repetitivas, que exigem do aluno uma padronização desnecessária, quando os exemplos e atividades usadas não estão próximas a sua realidade, não lhes fornecendo a compreensão real da função social que sua própria língua exerce a sua volta e retirando deles a oportunidade de conhecer e pensar criticamente a língua, a geografia, as relações sociais e políticas estabelecidas no mundo em que está inserido.

A construção social do sujeito letrado no mundo contemporâneo

Já foram abordados muitos aspectos teóricos quanto a alfabetização e ao letramento, sobre quem é o sujeito letrado e a importância dos profissionais da educação em sua formação, agora, faz-se necessário levantar reflexões quanto a construção deste sujeito na contemporaneidade.

Na atualidade, com este contato direto com as mídias sociais, equipamentos tecnológicos, informações verdadeiras e falsas, que são veiculadas rapidamente pela internet, criam necessidades que as gerações passadas não tiveram ou as tiveram em menor proporção, por esse motivo, é como se os educadores precisassem aprimorar o letramento, de modo a atender as necessidades de seus alunos.

Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, precisam que seus professores sejam mediadores do aprendizado, de modo que os conteúdos possam ser relacionados com seu cotidiano, mas que também agreguem conhecimento tecnológico por meio das metodologias ativas para facilitar a inserção destes no mercado de trabalho. Ensine-os a buscar conhecimento teórico além de unicamente televisão, rádio ou redes sociais e promova aos alunos oportunidades de lazer das quais muitas vezes são privados por questões econômicas.

Os homens, mulheres, jovens, adultos ou idosos que buscam a escola pertencem todos a uma mesma classe social: são pessoas de baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm). O lazer fica por conta dos encontros com as famílias ou dos festejos e eventos das comunidades das quais participam, ligados, muitas vezes, às igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informação. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua (MEC, 2006, p.15).

Quando se fala de letramento e construção do sujeito letrado na educação básica, se está falando de fornecer a este ser em seus processos formativos, desde bem cedo, subsídios para pensar sobre e ler o mundo a sua volta munido com um pensamento crítico.

Portanto, essa construção não trata de uma matéria específica, apesar de estar intimamente ligada a linguagem, mas trata de questões muito mais profundas, como processo de construção de identidades, formação cultural, acessibilidade a fontes de conhecimentos e habilidade de fazer o uso social e funcional da língua.

A escola deve preocupar-se em projetar, criar mecanismos e viabilizar que seus alunos atendidos nos mais variados horários e modalidades de ensino, sejam atendidos por professores comprometidos com a continuidade de suas próprias formações, para que sejam mediadores eficazes da aprendizagem.

Por sua vez, os professores precisam gerar na sala de aula um ambiente favorável para que a alfabetização aconteça na perspectiva do letramento, formando discentes que leem e escrevem de modo funcional, contemplando as necessidades sociais impostas na atualidade.

Professores que não zelam por sua própria formação ficam perdidos em aspectos conceituais e atrapalham a construção de sujeitos letrados com sem conhecimento ainda embaraçado.

Muitos professores ainda acreditam que somente após o processo de alfabetização é que se deve ser iniciado o processo do letramento, ou seja, que para se tornar letrado, é preciso primeiramente, adquirir a tecnologia da escrita. Em outros casos, observa-se o contrário: professores privilegia a interação com textos, entretanto, não dão atenção aos aspectos específicos da alfabetização, o que compromete seriamente o processo de aquisição de habilidades de ler e escrever (CASTA-NHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p.17).

Sobre isso também declarou Lener:

Se a atualização sempre é necessária para todo profissional, é mais ainda no caso dos professores latino-americanos de hoje. Essa afirmação se sustenta em razões muito diversas: a mudança radical de perspectiva que ocorreu nos últimos vinte anos em relação à alfabetização não teve suficiente eco nas instituições formadoras de professores, a função social do docente está sofrendo um processo de desvalorização sem precedentes, o acesso a livros e revistas especializadas é difícil – dada a situação econômica de nossos países e, em particular, o deplorável panorama profissional dos educadores - ,os professores têm muito poucos espaços próprios para a discussão de sua tarefa (LENER, 2002, p.31).

Do mesmo modo, os alunos precisam ser instigados a buscar de modo autônomo conhecimento, mediante sua idade, série e habilidades já adquiridas. Jornais, vídeos, livros, bibliotecas, músicas, um referencial social do local onde se reside, são apenas alguns dos exemplos de fontes as quais os discentes devem ser expostos e ensinados a refletir a respeito das informações recebidas.

Ser formado na perspectiva do Letramento é peça fundamental para conviver em sociedade, especialmente para desviar-se das informações

mentirosas que são propagadas com rapidez por meio das redes sociais, informações estas que podem ser altamente prejudiciais à saúde, vida financeira, segurança de uma família, ou mesmo alcançar proporções gigantescas, a ponto de afetar a nação como um todo.

Escrever e ler com consciência. Filtrar informações também contribui para a estabilização do sujeito na sociedade, especialmente no que tange ao mercado de trabalho competitivo, onde os empregos melhor remunerados estão vinculados ao lidar diretamente com a funcionalidade da leitura e escrita.

Falar de letramento é falar muito mais da prática que de meros conceitos, ou seja, pessoas letradas, são pessoas com práticas diferenciadas no modo de interpretar o mundo e é isso que as escolas precisam almejar formar.

Ainda que a escola tenha um papel fundamental nesse processo construtivo, não é nela que se inicia o letramento e para que a educação formal cumpra seu papel de estímulo a este desenvolvimento. É preciso compreender que em variados lugares se recebe experiências formativas e que o aluno não chega “em branco” na sala de aula.

A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço – o sítio das avencas de minha mãe, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto – em cuja percepção me experimentava e quanto mais o fazia, mais aumentava minha capacidade de perceber- se encarnavam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão eu ai aprendendo no meu trato com eles e nas minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais (FREIRE, 1989, p.9).

Isso posto, fica evidenciado que o sujeito letrado, é um sujeito completo, com funcionalidade social, capaz de fazer seus próprios julgamentos e traçar suas próprias expectativas, por meio da habilidade de depreender informações quando faz suas leituras e de passar ideias sólidas quando escreve. Isto, porém

é uma construção que não tem data para ser terminada.

No entanto, práticas pedagógicas contextuais, bem estruturadas, com bases teóricas bem solidificadas, são instrumentos poderosos para a formação de discentes leitores e escritores funcionais, ou seja, sujeitos letrados.

A IMPORTÂNCIA DE PRÁTICAS CONTEXTUALIZADAS PARA A GARANTIA DO PROCESSO DE ALFABETIZAR LETRANDO

Para a formação de alunos leitores e escritores é necessário que o docente trabalhe a alfabetização na perspectiva do letramento e isso implica em promover aulas e atividades que promovam o diálogo com a realidade na qual o aluno está inserido, valendo-se da contextualização social e cultural para um fazer pedagógico eficiente.

Práticas que dialogam com a realidade de vida do aluno

Dialogar com a realidade do aluno, é fornecer-lhe o conhecimento científico de modo que o discente consiga encontrar-se neste meio, que ao aprender as tecnologias do saber, consiga fazer uso delas em seu dia a dia e refletir sobre suas implicações sociais.

Para tal a transposição didática, ou seja, o modo como se ensina o conhecimento científico, precisa ser coerente com a realidade do discente, como afirmou Lerner:

A transposição didática é inevitável, mas deve ser rigorosamente controlada. É inevitável porque o propósito da escola é comunicar o saber, porque a intenção de ensino faz com que o objeto não possa aparecer exatamente da mesma forma, nem ser utilizado da mesma maneira que é utilizado quando essa intenção não existe, porque as situações que se apresentam devem levar em conta os conhecimentos prévios das crianças que estão se apropriando do objeto em questão (LERNER,2002 p.35).

Há registros de várias sociedades antigas que ao tentar passar alguma informação ou valor moral, tradições ou histórias de seus antepassados, faziam uso da contextualização para que os ouvintes ou leitores compreendessem bem a informação que se queria transmitir, Jesus comumente o fazia em seus

discursos, como podemos ver em uma de suas respostas a Pedro, sobre o perdão.

23 Por isso, o Reino dos céus pode comparar-se a um certo rei que quis fazer contas com os seus servos; 24 e, começando a fazer contas, foi-lhe apresentado um que lhe devia dez mil talentos. 25 E, não tendo ele com que pagar, o seu senhor mandou que ele, e sua mulher, e seus filhos fossem vendidos, com tudo quanto tinha, para que a dívida se lhe pagasse. 26 Então, aquele servo, prostrando-se, o reverenciava, dizendo: Senhor, sê generoso para comigo, e tudo te pagarei. 27 Então, o senhor daquele servo, movido de íntima compaixão, soltou-o e perdoou-lhe a dívida. 28 Saindo, porém, aquele servo, encontrou um dos seus conservos que lhe devia cem dinheiros e, lançando mão dele, sufocava-o, dizendo: Paga-me o que me deves. 29 Então, o seu companheiro, prostrando-se a seus pés, rogava-lhe, dizendo: Sê generoso para comigo, e tudo te pagarei. 30 Ele, porém, não quis; antes, foi encerrá-lo na prisão, até que pagasse a dívida. 31 Vendo, pois, os seus conservos o que acontecia, contristaram-se muito e foram declarar ao seu senhor tudo o que se passara. 32 Então, o seu senhor, chamando-o à sua presença, disse-lhe: Servo malvado, perdoei-te toda aquela dívida, porque me suplicaste. 33 Não devias tu, igualmente, ter compaixão do teu companheiro, como eu também tive misericórdia de ti? 34 E, indignado, o seu senhor o entregou aos atormentadores, até que pagasse tudo o que devia. 35 Assim vos fará também meu Pai celestial, se do coração não perdoardes, cada um a seu irmão, as suas ofensas (MATEUS, cap. 18, vers. 23-35).

No que tange ao aprendizado da Língua Portuguesa, nos dias atuais, aprender gramática é importantíssimo e seu ensino não deve ser desprezado, pelo contrário; porém é de igual importância ensinar a respeito do linguajar regional do aluno e de palavras equivalentes usadas em outras cidades e estados. Ou seja, o ensino deve ser o mais completo possível, evitando fragmentações.

Evidentemente, é necessário considerar a idade e a série em que se encontram os alunos para formatar ou fazer recortes do conhecimento científico que lhes será ministrado, mas isso não quer dizer privilegiar conteúdo ou mesmo ocultá-los. O ideal é ensinar de modo a englobar plenamente os conteúdos propostos, sempre instigando as suas funções sociais.

Graduar o ensino pode provocar consequências graves ao aprendizado

da língua, podendo prender o alfabetizando unicamente no campo mecânico da aprendizagem, fazendo com que este nunca progrida ao grau de leitor e escritor funcional.

As consequências da graduação no caso da língua escrita são bastante conhecidas: no começo, leitura mecânica e, só mais tarde, leitura compreensiva; as letras ou sílabas se apresentam de formas estritamente sequenciadas e – naturalmente – antes da palavra, da oração, do texto; os alunos devem compreender “literalmente” o texto antes de fazer uma interpretação própria dele e muito antes de poder fazer uma leitura crítica... tanto a língua escrita como a prática da leitura e da escrita se tornam fragmentárias, são detalhadas de tal modo que perdem sua identidade (LERNER, 2002, p. 35).

Obviamente, que o ensino e modos de ensinar não é de responsabilidade única do professor, mas a docência, a comunidade escolar e acadêmica, o poder público e diretorias de escolas, têm responsabilidades efetivas quanto ao regulamento do que deve e como deve ser ensinado nas escolas.

Para um ensino de qualidade e alfabetizar letrando, é necessário que todos os envolvidos decidam por caminhar em um regime de colaboração, em sinergia, somando forças para atingir o objetivo final que é alfabetizar os alunos na perspectiva do letramento e garantir que estes tornem-se alunos leitores e escritores.

O controle da transposição didática não pode ser uma responsabilidade exclusiva de cada professor. É responsabilidade dos governos tornar possível a participação das comunidades científicas nessa tarefa e é responsabilidade da comunidade científica se pronunciar sobre a pertinência dos “recortes” que se fazem ao selecionar conteúdos; os que projetam os currículos devem ter como preocupação prioritária, ao formular objetivos, conteúdos, atividades e formas de avaliação, que tais práticas não desvirtuem a natureza dos objetos de conhecimento que se pretende comunicar; a equipe diretiva docente de cada instituição, ao estabelecer acordos sobre os conteúdos e formas de trabalho nos diferentes graus e ciclos, deve avaliar as propostas em função de sua adequação à natureza e ao funcionamento cultural – extra-escolar – do saber que se tenta ensinar (LERNER, 2002, p. 35).

É necessário que nas aulas de leitura e escrita, os textos usados falem do contexto histórico e social nos quais os alunos estão envolvidos, e quais os

fatores os levaram até ali, quais suas problemáticas e evoluções, e qual a posição a escola e o aluno estão ocupando neste meio, e de que modo é possível mudar a realidade, como disse (FREIRE,2006,p.56): “Não basta afirmar ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com o trabalho”.

Se as práticas de ensino não fazem sentido para o estudante, é natural que este perca o interesse pela aprendizagem, por não saber qual será a serventia de tal saber em sua vida cotidiana.

Desprezar o diálogo com a realidade do aluno é contribuir para a perpetuação da ausência do letramento nos processos formativos que acontecem na idade escolar e conseqüentemente a baixa criticidade dos alunos, e tudo isso está intimamente ligado as questões da afetividade.

O educador socioemocional é aquele que aprende a reconhecer e gerir seus próprios sentimentos, atitudes e emoções para, assim ser capaz de executar sua principal função: auxiliar seus alunos a enxergar o quanto os casos de suas vidas podem ser vistos como oportunidades de aprendizagem (SILVA, 2020, p. 51).

Para formar alunos leitores e escritores o professor precisa ensinar de modo a gerar o encantamento em suas mentes e corações, e o encantamento geralmente vem do objeto de interesse de alguém. Por esse motivo o professor precisa além de dedicar-se em sua formação continuada e investimento técnico, em conhecer a realidade e especificidades de sua turma e se possível de cada aluno em particular.

Práticas contextualizadas

Fala-se muito a respeito das práticas contextuais nas escolas, e essas reflexões devem mesmo ser promovidas no seio da comunidade escolar para que se entenda em que consiste, como funciona, e quais seus benefícios para a educação formal e continuidade da existência do sujeito.

Em linhas gerais, práticas educativas contextualizadas, são práticas nas quais são possibilitados diálogos entre o conhecimento científico com a realidade em que o aluno está inserido, uma troca de saberes e a demonstração da possibilidade de usar o saber científico no cotidiano.

Ao falar de alfabetização, letramento e suas implicações na formação de alunos leitores e escritores, os benefícios de contextualizar o ensino podem ser fenomenais, pois ao contextualizar suas práticas, o professor dá voz e vez ao seu aluno, por este motivo, elas (as práticas contextuais) devem estar presentes desde o primeiro dia de aula, e não apenas em dias pontuais do ano letivo.

Adquirir esse mútuo conhecimento, conhecer melhor as crianças e seu mundo, o modo como representam a realidade, seus interesses e aspirações pessoais etc. e fazer-se conhecer pelas crianças sem disfarçarem nem artifícios, deve ocupar uma boa parte inicial do trabalho da professora que pretende dedicar-se a qualquer nível do ensino da linguagem (FRANCHI, 2012 p. 43).

Obviamente, o professor pode valer-se de temáticas abstratas e de textos sem interlocutores, obtendo até algum aparente resultado, no entanto é por meio da contextualização que os resultados perdem seu caráter de meramente aparente e tornam-se reais e parceiros de vida dos alfabetizandos.

Porém, as atividades contextualizadas propõem muitos desafios aos docentes que desejam fazer uso delas, especialmente a constante atualização, habilidades sociais e afetivas e a disponibilidade do professor em deixar de ser o único que fala, para ser um gestor de muitos diálogos dentro das salas de aula.

Mas para que a linguagem se desenvolva, sobretudo com crianças, é fundamental que ela se enraíze na cotidianidade, na vida, em temas e questões que façam sentido aqui e no agora. Em contraposição à artificialidade das “tarefas escolares”, é a tudo isso que estou chamando de “contextualização” (FRANCHI, 2012, p. 44).

Criticar o aluno do século XXI, por ler e escrever pouco e com baixa qualidade não é o mesmo que promover subsídios para que estes sejam transformados e passem a ser alunos leitores e escritores do ponto de vista

funcional da coisa.

É necessário ir além de debates, críticas e apontamentos (não que estes não tenham seu grau de relevância), as escolas precisam definitivamente partir para a prática a partir dos conhecimentos científicos já obtidos.

Promover aproximação entre docentes e discentes, entre teoria e prática, entre o saber e o fazer, para tornar as aulas mais substanciais, os conteúdos mais palpáveis e os alunos críticos quanto ao mundo que os cerca, habilidosos com sua língua materna, capazes de apreender informações do que estão lendo e de transmitir por meio da escrita informações necessárias de modo satisfatório.

Sugestões de práticas contextualizadas

Atividade 1: Seria assim.

Objetivo: Deleitar-se na leitura; estimular a criatividade e socialização; identificar dificuldades de escrita.

Autoria: Dyene de Souza Marques – atividade aplicada em uma turma de primeiro ano do ensino fundamental, em um dos estágios realizados durante a graduação (2019), inspirada nas colocações de Lerner (2002).

Materiais necessários: Livretos de contos clássicos; lápis de escrever; papel em branco; borracha. Todos em quantidade suficiente para inserir todos os alunos da turma.

Tempo de duração: Dois horários de aula.

Desenvolvimento: A professora fará uma roda com os alunos, ao centro da roda disponibilizará todos os livros que trouxe para a sala de aula, e permitirá que cada um faça escolha o livro que deseja ler, enviando-os sempre em grupo de três em três para evitar tumultos.

Após todos terem escolhido o livro de sua preferência, receberão uma folha de papel e um lápis, com os quais farão seus registros.

A professora orientará cada aluno a escolher onde deseja ler: se na cadeira, se deitado ao chão, permanecer no local onde está etc. feito isso, serão orientados a ler os contos (provavelmente já conhecidos), e no papel reescrever como o conto seria se acontecesse em sua casa e não mais em uma terra distante.

Por fim, cada aluno compartilhará na roda (que retornará ao fim da leitura) como seria o seu conto. Os papéis com seus escritos serão entregues a professora ao fim da aula, para que esta consiga montar um panorama das maiores dificuldades de escrita de seus alunos.

Atividade 2: “Atividade de hoje: ir a uma livraria”

Objetivo: Familiarizar-se com os livros; estimular a percepção dos sentimentos que os textos e imagens contidas nos livros provocam.

Autoria: Fanny Abramovich, retirada do livro Literatura Infantil: Gostosuras e bobices (1997).

Materiais necessários: Condução; equipe de apoio para supervisionar as crianças.

Desenvolvimento: Levar as “crianças-alunas”, como as chamou Abramovich, para um passeio em uma livraria onde elas possam descobrir coisas das quais nem suspeita de existência, e vai muito além da mera leitura, é um emaranhado de sentimentos e descobertas.

Sem falar que se pode pedir um livro como presente de aniversário ou numa ocasião especial. Talvez arriscar a receber uma surpresa desconhecida... Talvez, já tendo ideia do que tem sido editado, pedir especialmente tal história de tal autor... Ou aprender a guardar o dinheiro da mesada – como tanta gente já fez e faz – para comprar – ao invés de sorvete – um conto que está sendo comentado, um livro elogiado. Além

de tudo, livro é até mais barato que uma passadinha na lanchonete da moda, e garante diversão por mais tempo... Afinal, ler é um lazer que pode ser saboreado a qualquer hora e até dispensa companhia... é um dos poucos brinquedos que se pode brincar sozinho (ou junto com as personagens...) (ABRAMOVICH, 1997, p. 152).

É importante que os alunos possam pegar, abrir e fechar, manusear os livros à vontade, ler e reler um livro, olhar bastante para as ilustrações ou mesmo abandonar o livro do qual não gostou e pegar outro. Sendo supervisionados pelos adultos, mas sem que estes sejam impositivos (as crianças precisam de liberdade, como têm no parque).

Diálogos quanto a conservação, cuidado ao manusear e atenção com o livro podem e devem se fazer presente durante a visitação, assim como quando se está no parque a criança é orientada quanto aos perigos de conversar com estranhos, de levar uma queda ou machucar-se caso faça uso indevido de um brinquedo.

Ao fim desta atividade, as crianças estarão mais propensas a fazer leituras por vontade própria, discernir quais os melhores livros, segundo seu próprio gosto e organizarem para si mesmas a sua biblioteca em casa (um lugarzinho para organizar seus livros)

Atividade 3: “A biblioteca está pronta! Aguardem...”

Objetivo: Trabalhar a leitura e escrita; estimular a criatividade; fortalecer o trabalho em equipe; elaborar o pensamento crítico.

Autoria: Fanny Abramovich. Retirada do livro “Literatura Infantil: Gostosuras e bobices” (1997)

Materiais necessários: Biblioteca da turma montada; cartazes; papeis coloridos; lápis e caneta coloridos; cola; envelopes de cartas; fitas adesivas; A4 em branco; régua de variados tamanhos e formas; TNT e EVA.

Desenvolvimento: Após coletar e organizar em estantes os livros que foram coletados nas casas de alunos, de seus amigos e parentes (montar a biblioteca da turma), a professora deverá dividir a turma em quatro grupos.

O primeiro grupo cuidará da produção e entrega dos convites para as demais turmas da escola, para que no dia determinado, em horários alternados possam visitar a biblioteca da turma. O convite deverá ter texto e ornamentos produzidos e pensado pela turma.

O grupo dois, escolherá um livro da biblioteca e trabalhará após a leitura atenciosa em equipe na produção de um painel de críticas quanto a obra escolhida, onde estarão pontuados vantagens e desvantagens encontradas pelos alunos.

Já o terceiro grupo, ficará responsável por eleger um autor de preferência da turma, estudar a respeito de suas obras e vida (na medida do possível, levando em consideração a idade e série dos alunos), e o dia programado para que outras turmas venham visitar a biblioteca da sala, eles mesmos serão mediadores dos debates acerca da temática.

No quarto grupo, terão a responsabilidade de perceber quais são os livros que seus amigos mais gostam de ler, quais são os mais retirados ao longo da semana ou quinzena, enumerá-los em cartolinas para que fiquem em exposição, quais são os livros mais lidos por aquela turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar quanto a alfabetização na perspectiva do letramento fundamenta a compreensão de que sem o letramento a alfabetização torna-se mecânica, repetitiva e simplória, construindo muros em meio as veredas formativas de alunos leitores e escritores.

Posto acima as pesquisas bibliográficas realizadas, por meio de textos redigidos por diferentes autores os quais fazem declarações quanto a alfabetização e o letramento, demonstrando sua relevância social, cultural e acadêmica, e quais os processos para atingir a formação de alunos leitores e escritores eficazes.

Está declarado também o desafio que é alfabetizar na perspectiva do letramento, fazendo menção a complexidade relativa a temática, as quais envolvem as questões, sociais, culturais, econômicas, políticas e pedagógicas do ensino, demonstrando que ainda que o letramento deva ser trabalhado majoritariamente nos anos de educação formal, a responsabilidade de o promover, fiscalizar e garantir eficácia da práticas pedagógicas, e a permanência do processo ao longo da vida, pertencem a sociedade como um todo.

Resta claro, por meio das colocações dos autores citados, que ainda que seja desafiador letrar e que envolvam questões complexas e enraizadas na atual conjuntura social, são as práticas contextuais, que possibilitam aos alunos maior compreensão do cenário no qual estão inseridos e sem elas não existe alfabetização na perspectiva do letramento.

Para alfabetizar e letrar os discentes é necessário ir para além das críticas e apontamentos. É preciso investir na formação de professores, estrutura das escolas, participação das famílias, acessibilidade a livros de qualidade, uma boa organização do currículo escolar, e práticas que dialogam com a realidade

do aluno.

É por meio de práticas que dialogam com o cenário de vida dos alfabetizandos que se alfabetiza na perspectiva do letramento e é assim, por meio da identificação, do prazer, e da contextualização que se formam leitores e escritores perspicazes, que consigam discernir as boas e más informações que os textos lhes oferecem e porque recebem tais classificações.

Para que as práticas baseadas no diálogo com a vivências dos alunos assumam seu papel é necessária a implementação de políticas públicas de incentivo a formação continuada de professores, subsídios financeiros e materiais, além de fiscalização e avaliação do uso desses subsídios e do rendimento escolar dos discentes.

Não há, porém, como exigir que as práticas de sala de aula sejam diferentes se os professores permanecem os mesmos e esta frase não quer dizer que todos os professores que não atualizaram suas práticas devem ser demitidos. Antes quer dizer, que a formação continuada da docência precisa ser colocada como uma das prioridades das escolas e o estado deve fornecer subsídios e fiscalizações adequadas, para que o aprimoramento dos professores seja disseminado no território nacional.

Tais ponderações fazem perceber a necessidade de que a escola foque em formar leitores críticos, capazes de refletir com autonomia a respeito dos conteúdos que lhes são apresentados, principalmente diante do cenário onde a acessibilidade a informações tem crescido, com o uso das mídias sociais, por meio da internet.

Diante do conceito do que seria alfabetizar letrando é entendido que os autores defendem estas práticas (alfabetizar letrando por meio da contextualização), como o mais relevante meio de propiciar a formação de alunos

habilitados para ler e escrever de maneira satisfatória, que aqui quer dizer fazer o uso funcional da língua (ler e escrever), nos seus mais variados contextos sociais, exercendo assim a cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

A BÍBLIA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. Edição Revista e Atualizada no Brasil, 3ª ed. (Nova Almeida Atualizada). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (coord.) Políticas Públicas: Conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia, MACIEL, Francisca Izabel, MARTINS, Raquel Márcia Fontes. Alfabetização e letramento na sala de aula. – 2ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: CEALÉ, 2009.

FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FRANCHI, Eglê. Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade a escrita – 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. – 70ª Ed – São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa – 61ª Ed –. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. A boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Freevale, 2003.

GUIMARÃES, Cláudia Veloso Torres (coord.). Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunas e alunos da EJA. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2006.

LEAL, Leiva de F. Viana. Leitura e formação de professores. In: EVANGELISTA, Aracy (org). A Escolarização da Leitura Literária: o jogo do livro infantil e juvenil. – – 28ª Ed. – Belo Horizonte: CEALE/ Autêntica, 2003.

LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto alegre: Artmed Editora, 2002.

MORAIS, J. Alfabetizar para a democracia. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

OLIVEIRA, Adão F. de. PIZZIO, Alex. FRANÇA, George. Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010.

SCHIRMER, Carolina R. BROWNING, Nádia. BERSCH, Rita. MACHADO, Rosângela. Atendimento educacional especializado: Deficiência Física. Brasília: Gráfica e editora Cromos, 2007.

SENADO FEDERAL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2ª ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

SILVA, Zeneide. Competências socioemocionais: saiba (quase) tudo o que elas podem fazer por você e por seus alunos. – 1.ed. – Recife: Prazer de Ler, 2020.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: Caminhos e descaminhos. Artmed Editora: Revista pedagógica de 29 de fevereiro de 2004.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. – 3ª ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2009.

WCEFA. Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. In: Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia: Mar. 1990. – Nova Iorque: WCEFA, 1990.

WENDELL, Ney. Práticas pacificadoras em sala de aula: educando para paz na família. Vol. 2 – Recife: Prazer de Ler, 2019.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sem o qual nada posso fazer. Durante a graduação revelou seu inigualável amor a mim e provou que é bom pai, muitas vezes não me concedendo o que lhe pedia, mas sempre providenciando tudo o que era necessário para romper com cada desafio.

As palavras mais bonitas do mundo não seriam capazes de dizer a Cristo o quanto meu coração transborda de gratidão, mas aqui oferto minhas simples palavras, afinal, tudo sempre foi sobre ele!

Agradeço aos meus pais: José Maria Machado Marques e Neli de Souza Marques, que me ensinaram a valorizar a educação, e que acreditaram em mim mesmo quando eu não consegui acreditar.

Obrigada por serem tão altruístas, por esquecerem qualquer outro gasto para investirem em minha formação. Jamais esquecerem de tudo que deixaram de comprar, os passeios que deixaram de fazer e dos dias que procuraram as moedas para que eu fosse fazer as provas.

Sou grata a minha família que de modo geral sempre me apoiou e forneceu incentivos. Vocês também foram peça fundamental desta engrenagem, pois é na unidade que está a força.

Meu reconhecimento a toda Rede KIDS, líderes e crianças que me fizeram enxergar o propósito de Deus nesta graduação, que me apoiaram lindamente. As experiências que tive com vocês me ensinaram a articular a teoria com a prática, vocês me fazem saber o que é a pedagogia além dos livros. Muito obrigada por todo o suporte, amor e ensino.

Agradeço a minha amiga: Clyvia Carolina Monteiro da Silva, por ter sido tão presente, por se mostrar uma intercessora dedicada e uma fiel auxiliadora,

amizades assim a gente não encontra, é Deus quem apresenta!

A minha orientadora: Maria do Céu de Araújo Santos, por seu comprometimento e dedicação, por ter sempre muita franqueza em suas palavras e organização em sua prática. Sua postura me inspira!

Sou agradecida as amizades que a pedagogia me deu: Beatriz da Silva Silva e Karoline de Cássia Brito de Souza. Vocês fazem parte dessa construção, com choros e risos, entre muitos trabalhos e muitas apresentações, por meio de conversas que visitaram a alma... Muito obrigada, vocês são incríveis!.

A Jesus, o amor da minha vida!

SOBRE A AUTORA

Dyene de Souza Marques

Pedagoga pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Apaixonada pela leitura e engajada em levar os pequenos a explorarem as belezas e sabores que o mundo da leitura pode proporcionar. Desenvolvo trabalhos voluntários com crianças em instituições religiosas desde 2015. Foi professora da educação infantil durante três anos. Atualmente sou empreendedora do ramo da educação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

alfabetização 5, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 33, 34, 35, 36, 38, 41, 45, 50
alfabetizar 8, 14, 15, 18, 19, 23, 32, 33, 43, 50, 51, 52
alunos 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53
analfabetos 11, 15
analfabetos funcionais 11

C

cidadania 35, 52
conceito 15, 24, 30, 32, 51
contextualização 12, 41, 45, 51
criança 17, 30, 35, 48
cultural 10, 24, 27, 34, 37, 41, 43, 50

D

desenvolvimento 9, 12, 30, 33, 34, 39
diálogo 14, 27, 41, 44, 51

E

educação 5, 9, 10, 14, 15, 18, 24, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 39, 44, 50, 52, 53
escolar 5
escritores 8, 9, 12, 16, 20, 22, 25, 27, 40, 41, 43, 44, 45, 50, 51
estudo 5, 8, 13, 31, 32, 34

F

fiscalização 51

G

gêneros 16, 53

H

habilidades 17, 19, 21, 38, 45

I

instrumentos 22, 28, 40

L

leitores 8, 9, 12, 16, 20, 22, 25, 27, 40, 41, 43, 44, 45,

50, 51

letramento 8, 9, 10, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 36, 38, 39, 41, 43, 45, 50, 51, 52, 53

língua 9, 10, 14, 15, 16, 18, 21, 27, 36, 37, 43, 46, 52

linguagem 9, 16, 23, 36, 37, 45

linguístico 9

M

mecanismos 22, 37

metodológico 12

métodos 17, 18, 20, 33

P

pedagógico 9, 10, 20, 21, 22, 32, 34, 41

pesquisa 8, 9, 12, 13, 15

políticas 28, 29, 30, 36, 50, 51, 53

práticas 9, 10, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 34, 36, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52

processo 5, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 21, 22, 25, 26, 34, 35, 37, 38, 39, 50

professor 16, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 33, 35, 36, 43, 44, 45

públicas 5, 10, 28, 29, 30, 51

S

social 9, 15, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 50

V

vocabulário 23, 27, 33

